

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

CAMILA FARIAS DA SILVA

DINÂMICAS DA AÇÃO COLETIVA: AS INOVAÇÕES NOS REPERTÓRIOS DE
CONTESTAÇÃO NOS EVENTOS DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E LARGO VIVO

PORTO ALEGRE
2013

CAMILA FARIAS DA SILVA

DINÂMICAS DA AÇÃO COLETIVA: AS INOVAÇÕES NOS REPERTÓRIOS DE
CONTESTAÇÃO NOS EVENTOS DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E LARGO VIVO

Monografia apresentada na disciplina Trabalho de Conclusão-
Sociologia como requisito parcial para a obtenção de título de
Bacharel em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande
do Sul

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Kunrath Silva

PORTO ALEGRE
2013

CAMILA FARIAS DA SILVA

DINÂMICAS DA AÇÃO COLETIVA: AS INOVAÇÕES NOS REPERTÓRIOS DE
CONTESTAÇÃO NOS EVENTOS DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E LARGO VIVO

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção de título de Bacharel em
Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Aprovada em 19 de janeiro de 2013.

Banca Examinadora

Marcelo Kunrath Silva
(Orientador)

Arlei Sander Damo
(Membro)

Felipe Colomé
(Membro)

RESUMO

Os últimos anos marcaram o início das transformações urbanas para preparação da Copa do Mundo FIFA (com ocorrência em 2014 no Brasil). Construções de grandes empreendimentos, obras nas vias públicas e privatizações de espaços públicos vêm acontecendo nas capitais brasileiras e, particularmente, em Porto Alegre. Nesse mesmo período, manifestações em defesa do espaço público e da humanização da cidade eclodiram e tomaram as ruas de Porto Alegre. O Brasil foi palco de grandes mobilizações sociais, com diversas inovações nas formas de ação coletiva, que precisam ser identificadas e analisadas. A pesquisa faz parte da (re)inserção dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil no debate internacional, que tem no estudo dos repertórios de contestação um tema central e tem como objetivo geral compreender como são geradas as inovações nos repertórios de contestação. Dentre essas manifestações encontra-se o “Largo Vivo”, que teve início em 2011 e segue ocorrendo no Largo Glênio Peres e o “Defesa Pública da Alegria” ocorrido em 4 de outubro de 2012. Uma característica comum a estes eventos é a maneira inovadora pela qual desempenham suas ações. Todos esses eventos contaram com o lúdico como linguagem de expressão pública. Através de diversas formas de manifestação artística e de atividades de caráter festivo, promoveram suas mobilizações, fugindo das formas tradicionais de manifestação. Para responder ao problema que orienta esta pesquisa foram estudadas as performances desenvolvidas nos eventos “Defesa Pública da Alegria” e “Largo Vivo” em Porto Alegre a partir da análise qualitativa. A pesquisa foi realizada, primeiramente, através de uma análise documental no material publicado na Internet a respeito desses eventos. Além da pesquisa documental, foi feita observação direta nos eventos ocorridos nos meses de agosto, setembro e outubro. Por fim, foram entrevistados dois participantes que se envolvem mais ativamente na organização dos eventos analisados, buscando identificar como se deu o processo de criação/difusão de novas performances. A partir da análise de dados e fundamentação teórica propomos que as performances públicas de contestação do “Largo Vivo” e “Defesa Pública da Alegria” são um processo de expressão de uma linguagem específica que se contrapõe ao processo de mercantilização e normalização presente na cidade de Porto Alegre. Essa linguagem se objetiva a partir dos estilos de comunicação advindos das trajetórias pessoais dos participantes, que conformam as performances utilizadas nesse repertório de ocupação do espaço público.

Palavras-chave: Repertório de contestação. Inovação. Performance. Linguagem.

ABSTRACT

Recent years have marked the beginning of urban transformations in preparation for the FIFA World Cup (occurring in 2014 in Brazil). Construction of large projects, works on public roads and privatization of public spaces have been going on in state capitals, and particularly in Porto Alegre. In the same period, demonstrations in defense of public space and the humanization of the city erupted and took to the streets of Porto Alegre. Brazil was the scene of great social movements with several innovations in the forms of collective action, which need to be identified and analyzed . The research is part of the (re) integration of studies on social movements in Brazil in the international debate, which has the study of repertoires of contentious a central theme and has the overall objective to understand how innovations are generated in the repertoires of contentious . Among these events is the "Largo Vivo" , which began in 2011 and continues occurring in Glênio Peres and the "Defesa Pública da Alegria" occurred on October 4, 2012 . A common feature of these events is the innovative way in which they perform their actions. All these events had the play as a public expression language. Through various forms of artistic expression and festive activities, they promoted their mobilizations, fleeing from traditional forms of manifestation. To answer the problem that guides this research, it was studied the performances in the events "Defesa Pública da Alegria" and "Largo Vivo" in Porto Alegre from the qualitative analysis were studied . The survey was conducted primarily through the analysis of documentary material published on the Internet about these events. Besides the documentary research, direct observation was made in the events that occurred in the months of August, September and October. Finally, we interviewed two participants who engage more actively in the organization of events analyzed in order to identify how was the process of creation / diffusion of new performances. From the data analysis and theoretical reasoning suggest that public performances challenged the "Largo Vivo" and "Defesa Pública da Alegria" is a process of expression of a specific language that is opposed to the commodification and standardization process in this city Porto Alegre . This language is objectified from communication styles coming from the personal development of the participants who make up the repertoire of performances used in this occupation of public space .

Keywords: Repertoire of contentious. Innovation. Performance. Language.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA A ANÁLISE DAS INOVAÇÕES NOS REPERTÓRIOS DE CONTESTAÇÃO: ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS, CICLOS DE PROTESTOS E REPERTÓRIOS DE CONTESTAÇÃO.....	11
3. CARACTERIZAÇÃO DA NOVIDADE: DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E LARGO VIVO.....	20
3.1. Público.....	25
3.2. Internet.....	26
3.3. Ocupação do espaço público.....	28
3.4. Lúdico.....	29
4. PROBLEMATIZANDO A INOVAÇÃO: DE ONDE VEM ESSE LÚDICO?.....	32
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	44

1. INTRODUÇÃO

Porto Alegre, 17 de agosto de 2013, por volta das 19h o Largo Glênio Peres começa a mudar sua paisagem. Aos poucos, grupos de jovens vêm chegando ao local. Um equipamento de som é montado simultaneamente à exposição de livros identificada com uma placa escrita “troca viva”. Alguns meninos prendem uma espécie de elástico de um poste de luz a outro e começam a praticar *slackline*. Um pequeno grupo começa a fazer malabares, enquanto outro grupo maior toca diversos instrumentos. Fotografias expostas em um varal fixado entre postes de luz chamam a atenção, mostrando imagens de protestos e, em especial, a violência policial.

O Largo começa a ganhar cores e sonoridade. São 20h30. O Largo está lotado de pessoas praticando alguma expressão artística ou simplesmente aproveitando o momento para apreciar o trabalho dos amigos e colocando a “conversa em dia”, acompanhados de garrafas de vinho. Muitos aproveitam para vender produtos e comidas artesanais.

Quem está de passagem pela rua parece achar estranho o movimento. Uma senhora carregando uma sacola de tomates questiona: “O que esses jovens estão aprontando de novo?”. Algumas pessoas que estão de passagem, voltando do longo dia de trabalho, resolvem ficar um pouco, intrigados pelo que está por vir.

As bandas começam a se apresentar. Letras políticas e manifestações de denúncia ecoam pelo centro de Porto Alegre. Em meio à multidão, cartazes, camisetas e tecidos revestem o chão com críticas e reivindicações pelo espaço público para as pessoas: “Por Largo mais vivo”; “Coca? Pepsi? Opus? Não! Porto Alegre”; “O Largo é das pessoas, para as pessoas, e não para os carros”, entre outras.

Chega 24h. O som elétrico dos equipamentos musicais é desligado, mas a música continua: cada um tocando os instrumentos que trouxe. Tambores, pandeiros e violão continuam a animar aqueles que ainda lá permanecem. Aos poucos, o Largo começa a esvaziar. São 4h e apenas restam os resquícios do que aconteceu por aqui.

Os últimos anos marcaram o início das transformações urbanas para preparação da Copa do Mundo FIFA (com ocorrência em 2014 no Brasil). Construções de grandes empreendimentos, obras nas vias públicas e privatizações de espaços públicos vêm acontecendo nas capitais brasileiras e, particularmente, em Porto Alegre. Nesse mesmo período, manifestações em defesa do espaço público e da humanização da cidade eclodiram e tomaram as ruas de Porto Alegre. Como disse o jornalista Marco Weissheimer para reportagem no jornal Sul 21, “as ruas de Porto Alegre voltaram

a pulsar”¹.

Dentre essas manifestações encontra-se o “Largo Vivo”, que teve início em 2011 e segue ocorrendo no Largo Glênio Peres. Essa manifestação se desenvolve a partir da ocupação do espaço com uma programação de performances artísticas: shows de bandas, grupos de teatro, dança, saraus literários etc. Essa programação é aberta à participação de qualquer pessoa que queira compartilhar seu trabalho:

Nós que acreditamos que aquele espaço não merece chafariz-propaganda da Coca Cola nem estacionamento voltamos a convidá-los, a convidar-nos, a ocupar um dos espaços mais nobres deste Porto Alegre. Em defesa do espaço público e da cultura, à rua! (parte da chamada para o evento de 26/abril/2013)²

Outra ação que se insere neste processo de confrontação à privatização dos espaços públicos da cidade é a “Defesa Pública da Alegria”, que ficou conhecida na mídia pelo “episódio do Tatu”³. Neste ato, ocorrido em 4 de outubro de 2012, manifestantes ocuparam a praça em frente à Prefeitura de Porto Alegre e o Largo Glênio Peres, fazendo suas reivindicações contra a privatização dos espaços públicos através da música (com participações de grupos musicais), teatro (com performances de grupos de teatro de rua) e manifestações artísticas em geral:

Estão nos acostumando ao silêncio obrigatório, à onipresença das sirenes, à venda criminosa dos nossos maiores patrimônios públicos. Estão nos acostumando a uma cidade e uma sociedade cinzentas, a um desgoverno municipal que não ouve, impõe, reprime: a população se mobiliza e sua voz cresce, chama atenção para suas reivindicações, mas estas são reduzidas a caso de polícia. (parte da chamada para o evento de 4/out/2012)⁴

Em decorrência da “Defesa Pública da Alegria”, aconteceram mais dois eventos: “Defesa

1

WEISSHEIMER, Marco. O renascimento das ruas de porto alegre. Sul 21. 26 abr 2013. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/2013/04/o-renascimento-das-ruas-de-porto-alegre/> (acesso em:23.08.2013)

2

Publicação na rede social Facebook:
<http://www.facebook.com/events/list#!/events/274766085992854/> (acesso em:27.09.2013)

3

Bonecos infláveis do tatu-bola “Fuleco”, escolhido mascote da Copa do Mundo no Brasil, foram distribuídos pela empresa da Coca Cola nas capitais brasileiras. Em Porto Alegre, manifestantes promoveram um evento que culminou com o esvaziamento do boneco inflável, ocasionando um confronto com a polícia, a qual reprimiu violentamente a manifestação. Ver mais em: FURQUIM, R; NATUSCH, I; OLIVEIRA, S;PRESTES, F. Manifestação termina em batalha campal no centro de Porto Alegre. Sul 21. 05 out 2012. Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/2012/10/manifestacao-termina-em-batalha-campal-no-centro-de-porto-alegre/> (acesso em: 23.08.2013)

4

Publicação na rede social Facebook:
<http://www.facebook.com/events/376482099096649> (acesso em: 27.09.2013)

Pública da Redenção” e “Defesa Pública do Progresso”. O primeiro, em oposição ao cercamento e privatização do Araújo Vianna. O segundo, contra o corte de árvores da Praça Júlio Mesquita decorrente das obras de extensão da Avenida Beira Rio (que integra os empreendimentos relacionados à realização de jogos da Copa do Mundo em Porto Alegre).

Uma característica comum a estes eventos, além dos seus objetivos comuns de reivindicar e realizar uma apropriação social do espaço público, é a maneira inovadora pela qual desempenham suas ações. Todos esses eventos contaram com o lúdico como linguagem de expressão pública. Através de diversas formas de manifestação artística e de atividades de caráter festivo, promoveram suas mobilizações, fugindo das formas tradicionais de manifestação.

A partir do conceito de repertório de contestação, definido como “as maneiras através das quais as pessoas agem juntas em busca de interesses compartilhado” (TILLY,1995, p. 41 apud TARROW, 2009, p. 51), me proponho a estudar os processos de inovação nos repertórios de contestação. Mais especificamente, a partir do estudo dos eventos narrados acima e seus desdobramentos, busco analisar como, através de diferentes performances que conformam tais eventos, os atores envolvidos produzem inovações nos repertórios de contestação. Neste sentido, a presente pesquisa segue a perspectiva de Charles Tilly tal como sintetizada por Alonso (2009, p.79): Tilly “adotou a metáfora teatral para descrever a relação entre agentes e repertórios, pondo a tônica na *performance*, isto é, no improviso e na interpretação a que os atores submetem um repertório quando agem”.

Os eventos aqui estudados são um objeto empírico pertinente para tal análise, na medida em que inovam as formas de expressão pública de interesses e demandas coletivas, desenvolvendo performances que se diferenciam das práticas que são convencionalmente desenvolvidas⁵. Nesses eventos, o lúdico e o caráter festivo configuram a manifestação em si, não sendo apenas um apêndice de práticas que conformam repertórios mais tradicionais. Neste sentido, abordam-se tais performances como conformando um processo de inovação que indicaria a emergência de um novo repertório de confronto.

Assim, o problema de pesquisa é delimitado pela seguinte questão: *Como são geradas as inovações nos repertórios de contestação?* Nos últimos anos (e, particularmente, em 2013), o Brasil foi palco de grandes mobilizações sociais, com diversas inovações nas formas de ação coletiva, que precisam ser identificadas e analisadas. A pesquisa faz parte da (re)inserção dos estudos sobre movimentos sociais no Brasil no debate internacional, que tem no estudo dos repertórios de

5

A exemplo das greves e passeatas, que são parte de um repertório já conhecido e compreendido em seu significado e expectativas na relação entre os participantes, objeto de reivindicação e alvo da manifestação.

contestação um tema central e tem como objetivo geral compreender como são geradas as inovações nos repertórios de contestação.

Para responder ao problema que orienta esta pesquisa foram estudadas as performances desenvolvidas nos eventos “Defesa Pública da Alegria”⁶ e “Largo Vivo. A pesquisa foi realizada, primeiramente, através de uma análise documental no material publicado na Internet a respeito desses eventos, sendo o próprio uso da Internet (intensidade e formas de utilização) uma das inovações analisadas. Especificamente, foram analisadas as postagens na rede social Facebook do grupo do Largo Vivo, das páginas do Defesa Pública da Alegria e Largo Vivo, os eventos criados; e vídeos postados no site Youtube⁷. Além da pesquisa documental, foi feita observação direta na ação que marcou um ano do primeiro evento do Defesa Pública da Alegria e nos Largos Vivos ocorridos nos meses de agosto, setembro e outubro. Por fim, foram entrevistados dois participantes (uma mulher e um homem, Mariana e João⁸, na faixa etária entre 20 e 30 anos, provenientes dos cursos Ciências Sociais e Publicidade, respectivamente, sem uma trajetória política vinculada a organizações formais) que se envolvem mais ativamente na organização dos eventos analisados, buscando identificar como se deu o processo de criação/difusão de novas performances.

O primeiro capítulo traz a abordagem teórica que a pesquisa tem como base. A partir da literatura da Política Contestatória (*Contentious Politics*), apresenta-se o conceito de Repertório e, em seguida, os principais argumentos produzidos para a explicação dos processos de inovação e mudança dos repertórios de contestação. Também são apresentados os conceitos de Estrutura de Oportunidades Políticas e Ciclo de Protestos, concluindo o capítulo com as três hipóteses trabalhadas nessa pesquisa. A segunda parte caracteriza os eventos analisados, evidenciando suas novidades para atual configuração das manifestações públicas. No terceiro capítulo são apresentadas as ao problema proposto a partir das noções de sistemas de comunicação e ordem da emoção.

6

Enquadro, para os fins dessa pesquisa, no evento “Defesa Pública da Alegria” os eventos “Defesa Pública da Redenção” e “Defesa Pública do Progresso”

7

<http://www.youtube.com/watch?v=pqeYp5skcmk> (acesso em: 15.10.2013)
<http://www.youtube.com/watch?v=5XDV3aGGV54> (acesso em: 15.10.2013)

8

Nomes fictícios.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA PARA A ANÁLISE DAS INOVAÇÕES NOS REPERTÓRIOS DE CONTESTAÇÃO: ESTRUTURA DE OPORTUNIDADES POLÍTICAS, CICLOS DE PROTESTOS E REPERTÓRIOS DE CONTESTAÇÃO

A abordagem teórica que dá suporte a essa pesquisa faz parte do campo de estudos dos movimentos sociais, de matriz norte-americana, sendo denominada de abordagem da Política Contestatória (*Contentious Politics*). Contrapondo-se a compreensões deterministas e economicistas da ação coletiva, esta abordagem elabora explicações macro-históricas, combinando a política e a cultura no estudo das mobilizações sociais (ALONSO, 2009, p.54). Dentre os conceitos constitutivos do seu modelo analítico estão os de Estrutura de Oportunidades Políticas, Ciclos de Protestos e Repertórios de Contestação.

Para os fins dessa pesquisa, faço uso do conceito de Repertórios de Contestação, elaborado pelo autor Charles Tilly, um dos principais expoentes da literatura da *contentious politics*. O conceito de repertório traz a dimensão cultural para seu modelo explicativo do processo de mobilização coletiva. Tilly busca a noção de “repertório” da música e do teatro “para designar o pequeno leque de maneiras de fazer política num dado período histórico” (ALONSO, 2012, p. 22). Nas palavras do autor⁹,

Em qualquer momento, o repertório disponível de ações coletivas para uma população é surpreendentemente limitado. Em princípio, é surpreendente, dadas as inúmeras maneiras das pessoas poderem usar os seus recursos na busca de objetivos comuns e dados os muitos modos que os grupos reais utilizaram na busca de seus objetivos comuns em algum momento (TILLY, 1978, p.151)

Em sua primeira formulação, durante os anos 1970, o conceito de “repertório de ações coletivas” não possuía uma definição precisa. O repertório nesse momento, segundo Tilly, seriam um conjunto de formas de ação: “Tilly não detalha o processo de apropriação do repertório pelos atores. O ponto, neste momento, é evidenciar a existência de padrões de ação coletiva compartilhados – não seu uso.” (ALONSO, 2012, p. 24). O uso dessas formas de ação estaria ligado à variações nas oportunidades políticas e a sua mudança relacionada as mudanças sociais, políticas e econômicas. Evidencia-se, assim, o caráter estrutural que marca esta primeira formulação da noção de repertório.

Nos anos 1990, a Teoria dos Novos Movimentos Sociais se dissemina nos EUA. Nesse contexto, configurou-se um “ataque” culturalista de autores e seguidores dessa corrente teórica à Tilly, criticando uma sobrevalorização de dimensões estratégicas na análise dos processos de

⁹

Todas traduções diretas foram feitas pela autora.

mobilização frente a dimensões simbólicas. Respondendo à crítica de que o conceito de repertório trataria de dinâmicas culturais sem o embasamento em uma teoria da cultura, o “repertório de ação coletiva” é reelaborado como “repertório de confronto”.

[...] minha primeira formulação pressupunha que um ator singular (individual ou coletivo) possuía um repertório de meios e o empregava estrategicamente. Foi um erro. Cada rotina no interior de um repertório estabelecido de fato consiste de uma interação entre duas ou mais partes. Repertórios pertencem a conjuntos de atores em conflito, não a atores isolados (Tilly, 1995: 30 apud Alonso, 2012: 25).

A definição de repertório passa de formas de ação para rotinas de interação: “o repertório delimita o espectro de rotinas disponíveis, mas faculta aos agentes executá-las à sua maneira e escolher dentre elas estrategicamente, norteados pelo andamento da interação.” (ALONSO, 2012, p. 25) Com o foco na interação, o caráter estruturalista do conceito cede espaço para as assimilações presentes no interacionismo simbólico. Ainda assim as críticas seguiram, agora no sentido de que o esforço teórico de contemplar as dimensões culturais não se fez na prática.

Em seus últimos trabalhos nos anos 2000, Charles Tilly desenvolve a idéia de repertório como um conjunto de performances:

Performance suplanta *rotina* como unidade mínima do repertório, [...] Conceito relacional, não substantivo. Idem para “programa”. Para Tilly, sentidos são inapartáveis das práticas, por isso, o melhor acesso a eles é a análise de performances – não de discursos.[...] Esta última abordagem tillyana dos repertórios privilegia, então, o improviso, a capacidade dos atores de selecionar e modificar as performances de um repertório, para ajustá-las a programas, circunstância e tradição locais, isto é, ao contexto de sentido daquele grupo, naquela sociedade. O repertório só existe encarnado em performances confrontacionais. Tilly nunca arredou pé do postulado de que o eixo fundamental da vida social é o conflito, que ganha formas históricas peculiares. Qualquer invenção, uso, mudança de repertórios só podem ser entendidos neste esquadro histórico e relacional, que põe o confronto em primeiríssimo plano. (ALONSO, 2012, p. 32)

Charles Tilly faleceu em 2008 e, em seu último livro, dedicado ao tema das performances de contestação, não deu respostas nem fechou o conceito.

Mas o conceito de performance, introduzido na fase final da obra de Tilly, ajuda a compreender como se daria o processo de inovações no repertório. As *performances*, como já dito anteriormente, no seu conjunto, conformariam um repertório:

Podemos capturar algumas das características recorrentes, historicamente, incorporado pela política contestatória, por meio de duas metáforas teatrais relacionadas: performances e repertórios Se olharmos de perto uma reivindicação

coletiva, veremos que casos particulares improvisam a partir de roteiros [scripts] compartilhados. [...]. A metáfora teatral chama a atenção para o caráter agrupado, aprendido e, ainda assim, improvisado das interações [...]. Reivindicar usualmente se parece com jazz e *commedia dell'arte* mais do que com a leitura ritual de uma escritura sagrada. Como um trio de jazz ou grupo de teatro de improviso, as pessoas que participam em política confrontacional normalmente podem atuar em diversas peças, mas não numa infinidade delas. (TILLY, 2006, p. 35)

Essa relação entre a arte e a ação coletiva traz o improviso e a criatividade para o palco do conflito. A partir de um script já (re)conhecido pelos atores (um repertório preestabelecido), se faz possível, a partir de sua interpretação e das especificidades dos contextos particulares de interação, a produção de particularidades.

Os repertórios são, assim, como ferramentas cuja eficácia, em uma relação metafórica, depende da combinação entre as tarefas a serem realizadas, as características/intenções do usuário e as condições contextuais de utilização. Quanto ao surgimento de um novo repertório, Tilly, a partir de seu estudo sobre o confronto político na Inglaterra, diz:

Um novo repertório nasce no século XIX porque novos usuários assumiram novas tarefas e encontraram as ferramentas disponíveis para os seus problemas e habilidades. No curso das lutas atuais, pessoas fazem reivindicações e contra reivindicações formando novos significados do fazer reivindicatório. Eles agrupam performances complementares nos repertórios (2008, p. 45)

A maioria das mudanças nos repertórios aconteceria, assim, através de um processo incremental, no qual pequenas alterações nas performances públicas vão introduzindo e sedimentando novas formas de ação. Tais alterações tendem a ocorrer, segundo Tilly (2008, p. 60), em resposta à interação entre as mudanças no ambiente e as inovações que se desenvolvem no curso do confronto.

Assim, os repertórios se constituem numa tensão entre inovação e persistência, que faz refletir suas lógicas instrumental e expressiva. A lógica instrumental se refere à eficácia do repertório no sentido da produção daquilo que é objeto da reivindicação de determinado ator, estando a manutenção ou a mudança dos repertórios condicionada por esta eficácia. Já a lógica expressiva refere-se ao fato de que os repertórios constituem, em si mesmos, um elemento de identificação e de expressão pública da identidade dos atores coletivos, não estando sujeitos unicamente ao cálculo estratégico de sua (in)eficácia.

A consolidação de um determinado repertório pode levar ao surgimento daquilo que a literatura denomina de formas modulares de ação. Segundo Tilly (2006, p. 55-56): ““Modular” significa que as performances nos repertórios se transferem facilmente de lugar para lugar, questão

para questão, grupo para grupo. [...] Nós estamos examinando uma história de inovação contínua e modelação”. Então, um repertório modular pode ser transposto para contextos distintos daquele no qual se originou, ao mesmo tempo que tende a ser transformado pelo processo de apropriação e pelas particularidades do contexto para o qual é transferido.

Segundo Sidney Tarrow, as formas modernas de confronto tornaram-se parte de um repertório geralmente conhecido e compreendido. É mais fácil para as pessoas promoverem uma forma de ação coletiva que saibam usar e, assim, que já faz parte do repertório modular. Na medida em que, em geral, envolvem um risco relativamente baixo, as formas convencionais de ação coletiva tenderiam atrair participantes em grande número (TARROW, 2009, p. 131). No entanto, este mesmo caráter convencional tende, contrariamente, a restringir o impacto dos repertórios modulares e, ainda, ser um instrumento pouco adequado para a expressão pública de demandas e/ou identidades inovadoras e radicais.

Um exemplo de formas de confronto que tornaram-se modulares e por fim convencionais, é a greve. O termo “greve” em inglês foi usado quando marinheiros do século XIII “recolheram” as velas de seus navios como um sinal da recusa ao trabalho. Mas a emergência do termo em diversas línguas europeias na mesma época sugere múltiplas origens. (TARROW, 2009, p. 131)

A greve é anterior a industrialização e incluía uma variedade de atores sociais, sendo que nenhum deles era considerado “proletário” (artesãos foram responsáveis por 72% das greves de 1830 a 1879). Com o conhecimento de que as greves poderiam ser bem sucedidas, ela passou de trabalhadores especializados para não especializados, grande fábricas para firmas menores, da restrição do trabalho a do produto, da indústria a agricultura, e depois para os serviços públicos:

As greves se desenvolveram com um meio dos trabalhadores pressionarem a direção da empresa, mas no curso do século XIX, tornaram-se uma fonte de solidariedade de classe. Isso se refletiu na crescente oferta de apoio mútuo, passando por cima das linhas ocupacionais e geográficas¹⁰ e na crescente ritualização da greve, visando aumentar a solidariedade. [...] Começando como uma retirada espontânea do trabalho, a greve tornou-se o meio principal pelo qual os trabalhadores construíram e expressaram solidariedade, apresentaram seus desafios, buscando apoio externo e negociaram suas diferenças com oponentes de uma posição maior de poder, embora temporária. (TARROW, 2009, p. 132)

Assim, frente (e, por vezes, contra) às formas tradicionais de ação coletiva, que fazem parte de um processo de institucionalização do confronto político, ocorrem as inovações, que podem constituir a formação de um novo repertório, ainda não institucionalizado. Parte-se do argumento que os eventos aqui estudados configuram um processo de inovação neste sentido, na medida em

¹⁰

(AMINZADE, 1981, p. 81-82 apud TARROW, 2009, p. 132)

que rompem com repertórios tradicionais quando trazem o lúdico como a manifestação em si e não como um “incremento” ou auxílio a uma forma convencional de ação coletiva.

Tarrow (2009) traça um roteiro para as mudanças de repertório, estabelecendo quatro categorias principais: a institucionalização de formas disruptivas de confronto; inovação marginal nas formas herdadas; interação tática com a polícia e outros atores; e mudança de paradigma. Segundo o autor, a institucionalização do confronto acontece quando termina o entusiasmo da fase disruptiva de um movimento e o controle torna-se mais hábil em seu exercício. Neste contexto, os movimentos institucionalizam suas táticas e tentam obter benefícios através de negociação e acordo.

As inovações marginais seriam um acréscimo de inovação e espontaneidade a essas formas convencionais de ação coletiva. A interação tática, por sua vez, prevê a inovação nas formas de ação coletiva como resultado da interação entre aqueles que protestam e seus oponentes. Tarrow afirma que “as formas novas sempre surgem de uma dialética entre a ação e a reação por parte do Estado” (2009, pág. 136). Por fim, no que diz respeito à mudança de paradigma, Sidney Tarrow diz que sendo necessário basear a ação coletiva em expectativas culturais, são raras as mudanças paradigmáticas. Porém, quando uma nova forma é “descoberta”, segundo o autor, sua adequação a uma nova situação torna-se óbvia e imediata; amplamente adotada, espalha-se rapidamente dando a impressão de ser uma inovação dramática. Ainda trabalha com um mecanismo elaborado pelo autor Aristide Zolberg para o surgimento de formas novas no repertório, o qual chama de “momentos de loucura”:

os picos dos ciclos de protesto- quando “tudo é possível”, ‘cai o muro entre o que é instrumental e o que é expressivo, a política rompe seus limites e invade a vida como um todo e os animais políticos transcendem seu destino de alguma maneira’¹¹ Na França, maio de 1968 foi um desses momentos. Surgiram novos atores e quadros de significado; sem demora foram inventadas e tentadas novas formas de ação coletiva; mesmo depois que o ciclo terminou em desilusão e recriminação permaneceram algumas das suas inovações, embora de forma muito reduzida. (TARROW, 2009, p. 136)

Segundo Tarrow, o repertório, em geral, muda com o tempo, mas só lentamente. As mudanças dependem de flutuações maiores nos interesses, oportunidades e organização. Tais flutuações, por sua vez, relacionam-se a mudanças nos Estados e no capitalismo. Mesmo que tenham bases estruturais, essas mudanças nos repertórios aparecem nos grandes divisores de águas políticos como “ciclos de confronto”. (2009, p. 51) Assim entramos nos outros dois conceitos abordados pela Política Contestatória (*Contentious Politics*): “oportunidades políticas” e “ciclos de

11

(ZOLBERG, 1972, p. 1983 apud TARROW, 2009, p. 136)

protestos”.

Segundo Charles Tilly oportunidade diz respeito a relação entre o grupo e o mundo a sua volta:

Mudanças na relação por vezes ameaçam os interesses do grupo. Às vezes, eles oferecem novas chances para atuar nesses interesses. O problema com estudar as oportunidades é que é difícil de reconstruir as oportunidades realisticamente disponíveis para o grupo no momento. Conhecimento de resultados posteriores torna muito fácil de perceber a ação de um grupo, ou não ação. Podemos minimizar essa desvantagem por olhar apenas para a ação coletiva contemporâneas ou concentrando-se em situações em que as oportunidades são rigorosamente definidas e estritamente delimitadas. Mas, então, perdemos nossa capacidade de acompanhar as mudanças de larga escala, em sua complexidade real, ao longo de períodos de tempo consideráveis (1977, p. 7)

Qualquer regime, de acordo com a noção de estrutura de oportunidade política (EOP), cria um ambiente específico de oportunidades políticas e ameaças ao qual os contestadores necessariamente respondem. Mudanças nesse ambiente produz mudanças nas formas e intensidades da contestação. Segundo o autor, podemos incluir na EOP: a) a multiplicidade de centros independentes de poder dentro dos regimes, b) a abertura dos regimes para novos atores, c) a instabilidade dos alinhamentos políticos, d) a viabilidade de aliados e apoiadores influentes, e) o alcance pelo qual o regime reprime ou facilita as manifestações e f) mudanças decisivas da alternativa “a” a “e”. (TILLY, 2006, p. 45)

O conceito de oportunidade política é entendido por Sidney Tarrow como dimensões consistentes do ambiente político “que fornecem incentivos para a ação coletiva ao afetarem as expectativas das pessoas quanto ao sucesso ou fracasso” (GAMSON e MEYER, 1996 apud TARROW, 2009, p. 105) Segundo o autor, os escritores que trabalham a oportunidade política¹² enfatizam a mobilização de recursos externos ao grupo. Em sua maioria, enfatizam elementos de oportunidade que são percebidos pelos atores, porque não se pode esperar que mudanças estruturais não vivenciadas afetem o comportamento das pessoas (a não ser indiretamente). Às vezes, as oportunidades políticas ocorrem para certos grupos e não para outros. Também podem não estar todas visíveis ao mesmo tempo para todos os potenciais desafiantes:

De fato, uma vantagem do conceito é que ele nos ajuda a entender como a mobilização passa de pessoas com queixas profundas para outras com poucas queixas e menos recursos. Ao desafiar elites e autoridades, os “primeiros que se erguem” revelam a vulnerabilidade de seus oponentes, deixando-os vulneráveis aos ataques de desafiantes mais fracos. De forma similar, este último grupo, por não ter

12

Cita Charles Tilly como fonte principal, mais especificamente o seu trabalho *From Mobilization to Revolution* (1977).

recursos internos para sustentar o confronto, cai mais facilmente quando diminuem as oportunidades. Isso significa que- embora o termo “estrutura” tenha sido frequentemente usado para caracterizar oportunidades políticas- em sua maioria, as oportunidades políticas são situacionais e não podem compensar por muito tempo as fraquezas em recursos culturais ideológicos e organizacionais (TARROW, 2009, p. 106)

Nessa perspectiva da EOP, as mudanças incrementais nos repertórios são menos dramáticas, mas mais decisivas a longo prazo. Charles Tilly (2006, p. 45) elenca três principais razões para essa ocorrência:

1. O mesmo tipo de resposta inovadora à rápida mudança da EOP acontecem em menor escala nas lesser crises e confrontações quando (whence) as inovações acumulam em maneira similar.
2. Mudanças incrementais na dispersão de poder, a abertura de instituições políticas, a instabilidade de arranjos políticos, a viabilidade de aliados e apoiadores, e regimes repressivos- isto é, na EOP, igualmente ocorrem.
3. Potenciais organizações de atores, compartilhamento de entendimentos, e interesses mudam incrementalmente também.

A partir da ampliação das oportunidades políticas e da difusão de informações sobre a suscetibilidade de um sistema político ser desafiado, além de ativistas, pessoas comuns começam a testar o controle social. O confronto entre desafiantes e autoridades revela pontos fracos dos últimos e a força dos primeiros, convidando atores sociais mais tímidos a participar. Uma vez deflagrado o conflito, a informação extravasa e o aprendizado político se acelera (TARROW, 2009, p.182). Assim que os primeiros insurgentes dão início ao ciclo de protesto, cada vez mais demandantes disputam reconhecimento e resposta. Isso continua até um ponto de intensidade máxima, depois segue por um declínio na frequência, no sucesso e na civilidade das reivindicações e dos demandantes (MCADAM, TARROW, TILLY, 2009, p. 23).

Tarrow (2009) entende o conceito de ciclos de confronto

como uma fase de conflito acentuado que atravessa um sistema social: com uma rápida difusão da ação coletiva de setores mais mobilizados para outros menos mobilizados; com um ritmo rápido de inovação nas formas de confronto; com a criação de quadros interpretativos de ação coletiva, novos ou transformados; com uma combinação de participação organizada e não organizada; e com sequências de fluxos intensificados de informação e de interação entre os desafiantes e as autoridades. Esse confronto tão disseminado produz externalidades que dão aos desafiantes ao menos uma vantagem temporária e permite que superem a fraqueza

na sua base de recursos. Ele exige que o Estado monte amplas estratégias de reação que são repressivas ou facilitadoras ou uma combinação de ambas. E ele produz resultados gerais que são mais do que a soma dos resultados de um agregado de eventos desconectados (p. 182)

Os ciclos são momentos nos quais surgem novas armas de protesto social. Funcionam como uma aceleração das tendências de inovação nos repertórios de confronto. Como os ciclos trazem uma variedade de novos atores, há possibilidades de agregação e interação que não são tão prováveis em épocas menos agitadas. Nem todas as inovações que aparecem nesses períodos de confronto generalizado sobrevivem após o fim do ciclo. Algumas estão ligadas diretamente ao pico do confronto. Outras dependem do alto nível de participação e dos fluxos de informação característicos dos ciclos e não podem ser mantidas quando a mobilização declina. Algumas são resultado da paralisia temporária das forças da ordem, na medida em que se veem frente a massas inesperadas de desafiantes nas ruas; quando elas se reagrupam, as táticas que pareciam impossíveis de derrotar no pico do ciclo são facilmente esmagadas.

A forma com que se apresentaram (e se apresentam) as ações a serem estudadas nessa pesquisa evidenciam novidades frente as performances praticadas em outros eventos de protesto ocorridos em Porto Alegre nos últimos anos e que se situam em repertórios mais convencionais. O que foi apresentado aqui a respeito do que os autores produziram sobre as inovações nos repertórios fornece instrumentos teóricos para uma análise dos processos de mudança nas formas de ação coletiva, que é o objeto desta pesquisa. Porém, é a partir da problematização da vertente dominante da literatura sobre repertórios de contestação, que tende a apresentar uma abordagem que se aproxima de um determinismo, da emergência de novos repertórios ao situá-los como respostas às mudanças nas estruturas de oportunidades políticas (especialmente em contextos de ciclos de protesto), que elaboro a análise da emergência de inovações em um repertório específico. Em diálogo com a teoria e como alternativa a mesma, a presente pesquisa centrou-se em três hipóteses (que não são necessariamente excludentes) que enfatizam a interação e a agência dos atores na explicação das inovações dos repertórios de contestação:

- a) Centralidade dos contextos de interação – de acordo com esta hipótese, as inovações são geradas através das interações entre os atores envolvidos, objetos de reivindicação e contexto na qual se efetua o evento.
- b) Centralidade dos processos de difusão/adaptação – de acordo com esta hipótese, as inovações são geradas através da difusão de exemplos de ações realizadas em outras localidades, os quais são adaptados às particularidades locais.

- c) Centralidade da avaliação de (in)eficácia dos repertórios – segundo esta hipótese, as inovações são geradas através da identificação do desgaste das formas tradicionais de manifestação na produção dos resultados demandados pelos manifestantes, abrindo espaço para a criação/difusão de novas formas de ação.

A primeira hipótese, com centralidade dos contextos de interação, tem por base a interpretação do ator sobre a ação. Que, como dito anteriormente, segundo Tilly (2008), as inovações ocorrem em função da interação com o contexto (interpretação das oportunidades e restrições) e as tarefas da ação. A segunda hipótese trabalha com a possibilidade de difusão de experiências, essa pode ser base ao que é chamado na teoria de repertório modular, na medida em que um repertório identificado como novo é difundido entre diversas localidades, tende a se institucionalizar, porém, em cada lugar assume particularidades do ambiente específico, que podem conformar inovações marginais. Por fim, a ineficácia dos repertórios tradicionais se apresenta como uma possibilidade no sentido de um desgaste das conhecidas formas de manifestação. Tilly (2008) diz que quando as ferramentas tradicionalmente utilizadas não mais dão conta dos desafios que se apresentam, pouco a pouco, novas escolhas são feitas.

Com essas hipóteses procuro mostrar que as inovações não são produtos apenas de fatores exteriores de uma estrutura específica. Pensando a interação, a difusão e a eficácia/ineficácia, proponho abordar as inovações a partir de uma perspectiva relacional; ou seja, como construções produzidas na interação entre atores que avaliam, criam e adaptam suas formas de ação a partir das opções socialmente disponíveis em determinado contexto.

3. CARACTERIZAÇÃO DA NOVIDADE: DEFESA PÚBLICA DA ALEGRIA E LARGO VIVO

Nesse capítulo tem como objetivo apresentar os dois processos de mobilização que constituem objeto desta pesquisa e, mais especificamente, caracterizar quais são as novidades que estes processos introduzem em termos de repertórios de contestação frente as formas mais tradicionais de ação contestatória na cidade. Para desenvolver esta caracterização serão abordadas quatro categorias : público, internet, objetivo, repertório.

Em um sentido amplo, podemos abordar as manifestações pesquisadas como parte de um ciclo de protestos global, que vem se desenvolvendo desde a Primavera Árabe, os protestos contra a crise econômica na Grécia, a mobilização de Los Indignados na Espanha, o movimento *Occupy* nos Estados Unidos, as mobilizações estudantis no Chile, os protestos na Turquia e, mais recentemente, as manifestações no Brasil. De forma relativamente similar ao observado em outros contextos, observa-se nos processos estudados a proposição e vivência de uma nova forma de se relacionar com espaço público. Especificamente, o “Largo Vivo” e a “Defesa Pública da Alegria” se inserem em um processo de reivindicação do espaço público frente às privatizações e obras voltadas a Copa do Mundo de 2014. A expressão da cidadania, no sentido de viver a cidade e a ressignificação do local onde se vive são construções que entram em conflito com as políticas propostas pelo governo municipal – que os manifestantes chamam de “higienização cultural” –, na qual se pensa a cidade como espaço de consumo e de controle e tem o carro como única forma de acesso.

O Largo Vivo é um evento que acontece no Largo Glênio Peres, Centro Histórico de Porto Alegre. Teve sua primeira edição dia 04 de outubro de 2011, decorrente de uma manifestação chamada de “Farofada dos Desqualificados”. Após a declaração do então Secretário Municipal da Indústria e Comércio (SMIC) de Porto Alegre Valter Nagelstein em uma rede social, afirmando que a instalação de um estacionamento no Largo Glênio Peres garantiria um “público mais qualificado” no Mercado Público, manifestantes usando uma identificação em sua roupa “público menos qualificado” entravam no Mercado Público para fazer compras e, posteriormente, reuniam-se no Largo para um piquenique. A partir desse evento, os manifestantes começaram a se reunir todas as terças-feiras no Largo Glênio Peres, reivindicando o uso do espaço público para o usufruto das pessoas e não dos carros. Atualmente, o evento acontece aproximadamente a cada quinze dias.

Defesa Pública da Alegria foi uma manifestação que ocorreu dia 4 de outubro de 2012, na Praça Montevideu em Porto Alegre, para demonstrar a insatisfação com a gestão da cidade. Mais especificamente, com a privatização dos espaços públicos e com as consequências das obras em virtude da Copa do Mundo de 2014. Em decorrência desse evento, ocorreram outras quatro

manifestações públicas: Defesa Pública da Redenção, 30 de novembro de 2012 no Parque Farroupilha, em frente ao auditório Araújo Vianna, contra a privatização do auditório e seu cercamento; Defesa Pública do Progresso, 15 de março de 2013 na praça Júlio de Mesquita, contra o corte de árvores para a duplicação da avenida Beira-Rio; Defesa Pública das Árvores I e II, 23 de março de 2013 na praça Júlio Mesquita, contra a autorização do corte de 115 árvores.

A Defesa Pública da Alegria e o Largo Vivo trazem peculiaridades que os diferenciam das manifestações tradicionalmente conhecidas na cidade de Porto Alegre. No entanto, é possível analisar conjuntamente as práticas realizadas em ambos, na medida em que se constituem das mesmas performances de ação. Além das performances, o próprio público e os objetivos são aproximadamente os mesmos: em geral, as mesmas pessoas circulam pelos dois eventos e a pauta de reivindicação do espaço público aparece como principal objetivo

Nas entrevistas realizadas, os entrevistados afirmaram que tanto o Largo Vivo quanto o Defesa Pública da Alegria foram eventos despreziosos, com a intenção inicial de ocorrer apenas como uma ação isolada. A história do Largo Vivo começa a partir de um acontecimento que ocorreu em 2010, quando no Mercado Público o cadeado de bicicletas presas foram trocados por outros cadeados. Questionado, o segurança do estabelecimento respondeu que era para desencorajar as pessoas a irem de bicicleta. Então, os donos das bicicletas juntos a outras pessoas ligadas ao evento Massa Crítica mandaram um e-mail para a Secretaria (Smic) que reafirmou a fala do segurança. Segundo a funcionária que respondeu os e-mails, a ação de troca de cadeados era para desencorajar o uso da bicicleta no Mercado Público, dizendo que, apesar dos benefícios do esporte, bicicleta era para lazer. Após essa declaração, os ativistas envolvidos nas mobilizações em defesa do uso das bicicletas (em especial, os ativista da Massa Crítica) continuaram mandando declarações de repúdio a esse acontecimento. Como resposta, o então Secretário Valter Nagelstein se manifestou dizendo que a ação havia sido um equívoco.

Um ano depois, em 2011, esse mesmo Secretário foi questionado quanto ao estacionamento de carros e à proibição da Feira do Peixe no Largo Glênio Peres. Em sua resposta na rede social Facebook, afirmou que estas ações visavam incentivar a presença de público mais qualificado no local, beneficiando os comerciantes do Mercado Público. Foi então que um desses ativistas do Massa Crítica sugeriu na internet a realização da Farofada dos Desqualificados, comentada anteriormente. Esta ação foi composta basicamente por ciclistas, em torno de 70 pessoas, que fizeram um piquenique no Largo Glênio Peres. O evento foi “tão legal”, segundo um dos entrevistados, que no meio das discussões no piquenique surgiu a ideia de se fazer outro e, talvez, de tornar periódico este tipo de evento, para as pessoas se encontrarem e trocarem ideias sobre a cidade e questionar o estacionamento no Largo. Nascia aí o Largo Vivo.

O Defesa Pública da Alegria, por sua vez, aconteceu como uma resposta às eleições municipais:

E aí, no ano passado, por conta da eleição municipal e tal rolou o Defesa, que foi meio que um escracho, tá. Você vai ser reeleito [Fortunatti], mas a galera tá aí e as pessoas vão continuar a questionar, vão continuar na rua, a gente vai continuar a tomar uma cerveja na rua você querendo ou não. Então era uma multipauta, eram várias pautas que o Defesa fechava, e acho que continua assim mais ou menos. (João)

Nessa ação, que tinha a intenção de ser única, ocorreu o que foi chamado de “a batalha do Tatu”, na qual se destacou a intensa repressão policial cujas imagens foram disseminadas da forma imediata pelas redes sociais e outros canais da Internet. Assim, se fez necessário a criação de um coletivo que tomasse a frente da defesa dos direitos daqueles que foram violentados e organizasse um ato de repúdio a esse acontecimento. Depois desses dois eventos, outros quatro¹³ foram organizados a fim de defender os interesses de uma cidade mais humana, como disse um dos entrevistados.

Apesar das duas mobilizações serem analisadas conjuntamente, devido à semelhança de suas performances de ação, foi possível identificar durante a pesquisa algumas diferenças importantes para o processo desse estudo, principalmente no que diz respeito às interpretações dos próprios participantes do significado dessas ações. As observações e entrevistas mostraram que o Defesa Pública da Alegria é visto como um evento de caráter mais político em relação ao Largo Vivo:

Só que há essa pequena nuance entre os dois que eu falei: o Defesa é mais político, bem festivo, bem festivo mesmo, só que o Largo virou quase um evento periódico permanente [...] É que o Defesa ficou bem marcado pelo lance do Tatu, e os coletivos e tal enxergam daí mais dessa forma. (João)

Em função da forte violência policial na manifestação do Defesa Pública da Alegria no dia 4 de outubro de 2012, a qual repercutiu intensamente na mídia e tornou a repressão policial nas manifestações um tema de debate nacional (antecipando a discussão que ocorreria novamente frente a repressão policial às manifestações de junho de 2013), gerou-se um processo de solidariedade e mobilização de outras organizações que se somaram às ações do Defesa Pública da Alegria. Ainda, os outros eventos que se seguiram, não tendo uma periodicidade fixa, foram eventos pontuais que abordaram problemas da cidade, diferentemente do Largo Vivo, que se tornou um evento periódico sem um foco claro de contestação. Isso fez com que as pessoas que participam

¹³

dos eventos os interpretam diferentemente: na medida em que o Largo sempre ocorre, não fica visível todo o processo de mobilização e, por vezes, o próprio significado de seus questionamentos; já no caso do Defesa Pública, o alvo da contestação está sempre explícito:

As pessoas que iam antigamente sabem da importância. As que não estavam nesse contexto e vão chegando, acha que aquilo aconteceu espontaneamente sabe, que não houve mobilização para aquilo. Acho que tem que reforçar sempre: “- Tá vendo como é importante ocupar esse espaço aqui, tá vendo, isso é poder popular, não é a prefeitura que tá fazendo isso, pelo contrário, houve aquela lei da restrição do espaço do Largo e tal”. Então pensar isso né. (João)

Essa comparação de interpretações do Largo Vivo e do Defesa Pública da Alegria, que traz questionamentos a respeito do caráter político das manifestações, está diretamente relacionada às inovações nas performances das ações. Essa novidade e as tensões que ela gera ao desafiar os padrões tradicionais de manifestação sociopolítica se expressa no seguinte relato de uma observação de campo:

Em uma reunião (aberta) para organizar o evento que marcaria um ano do Defesa Pública da Alegria, uma jovem, depois de listar as bandas que tocariam, coloca sua preocupação: “- Nós temos que cuidar para não virar um ‘bundalelé’”. Logo, um homem sentado à sua frente questiona: “- Mas o próprio ‘bundalelé’ é político”. A discussão continuou por mais alguns minutos. Depois avançaram na pauta devido ao tempo, mas essa inquietação não se dissipou.

A novidade desses eventos frente as manifestações tradicionais faz com que esses questionamentos sejam recorrentes e evidenciam essa inovação ainda não está consolidada na cultura do fazer político inclusive de parte os participantes dos eventos.

Uma das novidades dos processos analisados é o público participante desses eventos, o qual, em geral, apresenta um distanciamento em relação às formas mais tradicionais de manifestação e engajamento sociopolítico. Tal público tende a ser constituído por jovens da classe média universitária, de variados cursos, que em sua maioria não tiveram inserção em organizações políticas, sendo que muitos não possuem aquilo que poderia ser definido como uma trajetória de engajamento militante¹⁴. O Defesa Pública, porém, devido à interpretação antes mencionada a respeito de seu caráter político, consegue agregar alguns militantes de movimentos sociais, coletivos autônomos e partidos políticos. Não quer dizer que os mesmos não frequentem o Largo, porém, no Defesa se fazem mais visíveis como representantes de suas organizações.

14

O engajamento militante é definido por Sawicki e Siméant (2009:2) como “Toda forma de participação *durável* em uma ação coletiva visando a defesa ou a promoção de uma causa”.

O espaço de comunicação e vivência desse público é a internet, mais especificamente o *Facebook*. Portanto, a construção desses eventos se dão nessa rede social:

Pra questão do Largo o *facebook* ajuda bastante, a galera se mobiliza bastante ali. Tanto que, algumas edições do Largo, tem os organizadores do evento ali, as vezes as pessoas nem se conhecem sabe, tu nem conhece todo mundo que tá lá [RISOS] Você tá fazendo a mão do som, a mão do gerador, outro pessoal tá fazendo a mão de outra coisa, da questão do lixo e tal e a troca de livro, essas coisas assim. Não sei, acho que acontece, porque se fosse para ser presencial, digamos, se não houvesse o *facebook*, até que fosse uma lista de e-mail, porque a lista de e-mail é fechada né, tem que vir alguém adicionar. O evento não, você viu ali rolando, e seu amigo vai participar e chega e já vai. (João)

O *Facebook* opera, assim, como uma estrutura de mobilização¹⁵ que ajuda o evento a ser construído horizontalmente. Sendo uma rede em que todos podem fazer seus comentários, praticamente todas as ações são discutidas, organizadas e divulgadas nessa rede.

O Defesa Pública da Alegria, porém, depois do primeiro ato, constituiu um coletivo que centraliza a organização. Contudo, esse coletivo é aberto a quem tiver interesse de participar, e se faz reuniões abertas para a construção da ação. Lembrando que não é um evento periódico, diferente do Largo. O Largo Vivo, então, se pauta pela autogestão e horizontalidade, todos podem e devem organizar o evento. Contudo, o que foi dito nas entrevistas é que existe uma certa dificuldade de compreensão dessa forma de construção:

A idéia do Largo é ele ser, diferente do Defesa que tem uma galera que vai e puxa, o Largo até tem uma galera que vai e puxa, mas não deveria, a ideia é ser autogestionado, as pessoas terem essa ideia. Mas é engraçado como isso tá na cabeça das pessoas sabe, que sempre há uma hierarquia, sempre há um organizador. Desde os governantes perguntando quem era o comandante da Massa Crítica [riso] A galera não entende, não é só o poder público, a sociedade não entende que isso é tão natural como a galera vir tomar um mate aqui na redenção, alguém organizou, todo mundo vai pra grama da redenção e vai tomar um mate no sábado, não, ninguém organizou. Agora claro, que para o Largo, tem alguma estrutura, alugar gerador, a questão do som e tal. Mas isso é o mínimo assim, quatro ou cinco pessoas vão fazer essa mão, mas o importante é que as pessoas vão, que levem seu violão, que leve sua comida para fazer seu piquenique, esteja lá, porque se não rolar o som, se não rolar o gerador, o Largo vai acontecer de qualquer forma. Então a ideia é que alguém vá e puxe, que alguém vá e marque a data do evento lá. Esse ano parece que tem acontecido mais, as pessoas perguntam, como é, Bom, você vai e puxa, e convida. Daí já tem tudo isso, já tem o nome do Largo, que tá ficando, então quando a pessoa marca, as pessoas já sabem do que se trata e vão né. (João)

15

Estruturas de mobilização são definidas como “los canales colectivos tanto formales como informales, a través de los cuales la gente puede movilizarse e implicarse en la acción colectiva” (McADAM; McCARTHY; ZALD, 1999:24).

Essa novidade de um evento que tem sua organização horizontal e autônoma também dificulta a assimilação de que se trata de uma ação política. Com a cultura de organização hierárquica e de representação, uma parte dos participantes acaba não identificando esses eventos como sendo uma forma de manifestação política.

A partir do processo de pesquisa, foram definidas quatro categorias para abordar as novidades trazidas pelos processos analisados aos repertórios de mobilização contestatória. Essas inovações, por sua vez, contrastam com as maneiras tradicionais do fazer político. São elas:

MANIFESTAÇÕES	PÚBLICO	INTERNET	OBJETIVO OBJETO	REPERTÓRIO PERFORMANCES
Tradicionais	Sindicatos Partidos	Divulgação	Trabalhistas Demandam <i>de alguém</i>	Greve, Passeatas, Abaixo-assinado, Ocupação de Prédios e Terrenos Assembleias ...
Defesa Pública da Alegria e Largo Vivo	Juventude Autônoma	Espaço permanente de mobilização e construção	Contra as privatizações dos espaços públicos <i>Praticam</i> o que demandam	Ocupação temporária do espaço público; Lúdico

3.1 PÚBLICO

Conforme salientado anteriormente, o público que se mobiliza e participa dos processos analisados é composto, em geral, por jovens de classe média universitária. São, em sua maioria, frequentadores da vida noturna alternativa da cidade, que questionam o padrão de consumidor que o espaço urbano constrói e buscam uma alternativa para expressar sua subjetividade por fora dos/contra os espaços mercantilizados de lazer. Como salienta Melucci, referindo-se ao potencial contestador da juventude:

Os jovens podem [...] tornarem-se atores de conflitos porque falam a língua do possível; fundam a incompletude que lhes define para a própria existência em vez de submetê-la; fazem exigências de decidir por eles próprios, mas com isto mesmo reivindicam para todos este direito. (MELUCCI, 2001, p. 102)

A forma como se configuram as ações analisadas demonstra que os jovens estão mobilizados para além da reivindicação do uso do espaço público. Eles compartilham uma interpretação de que Porto Alegre apresenta uma carência de espaços de sociabilidade e encontram nesses eventos

oportunidades de descontração e de interação com o espaço público e entre as pessoas distintas daquelas que são oferecidas pelos espaços que o mercado oferece.

A maioria dos participantes dos eventos se apresenta como independente de organizações sociais e políticas ou fazendo parte de algum coletivo.

Neste sentido, a novidade frente a outras maneiras tradicionais de manifestação contestatória é que esses eventos não são protagonizados por sindicatos e/ou partidos políticos. São, ao contrário, baseados em propostas e princípios de autogestão. As informações coletada mostram, no entanto, que existem indivíduos que ocupam posições de lideranças nestes processos, as quais acabam assumindo uma responsabilidade e uma visibilidade maior para ocorrência dos eventos. Porém, tal ascendência de alguns indivíduos e a prática de delegação de outros é objeto de questionamento, conforme abordado anteriormente, havendo um constante e ativo incentivo à participação horizontal na organização.

3.2 INTERNET

A rede social *Facebook* serve como espaço de articulação, militância e divulgação dos processos analisados, rompendo com a visão de que seria um mero instrumento de apoio a atores e práticas estruturados externamente à Internet. O Grupo de Discussão “Largo Vivo: uma Porto Alegre para as pessoas” funciona, assim, como um efetivo espaço de /interessados e de construção dos eventos. As ideias e tarefas são negociadas e objetivadas nesse ambiente virtual e, ao mesmo tempo, real. Já a página “Defesa Pública da Alegria” faz a divulgação de eventos e notícias pertinentes à sua proposta, além de publicar notas reivindicatórias e de repúdio a determinadas ações.

A partir da observação dos processos de interação *online*, pode ser feita uma analogia do Grupo de Discussão com uma assembleia deliberativa: as pessoas fazem suas falas, confrontam argumentos, trazem propostas, fazem encaminhamentos. No entanto, a interação que se desenvolve no Grupo se caracteriza por um nível menor de formalidade (sem mesa coordenadora, sem inscrições para fala, sem votação etc.), o que permite mais horizontalidade e participação no processo de decisão e organização das ações a serem feitas. Tal dinâmica pode ser visualizada na imagem abaixo:

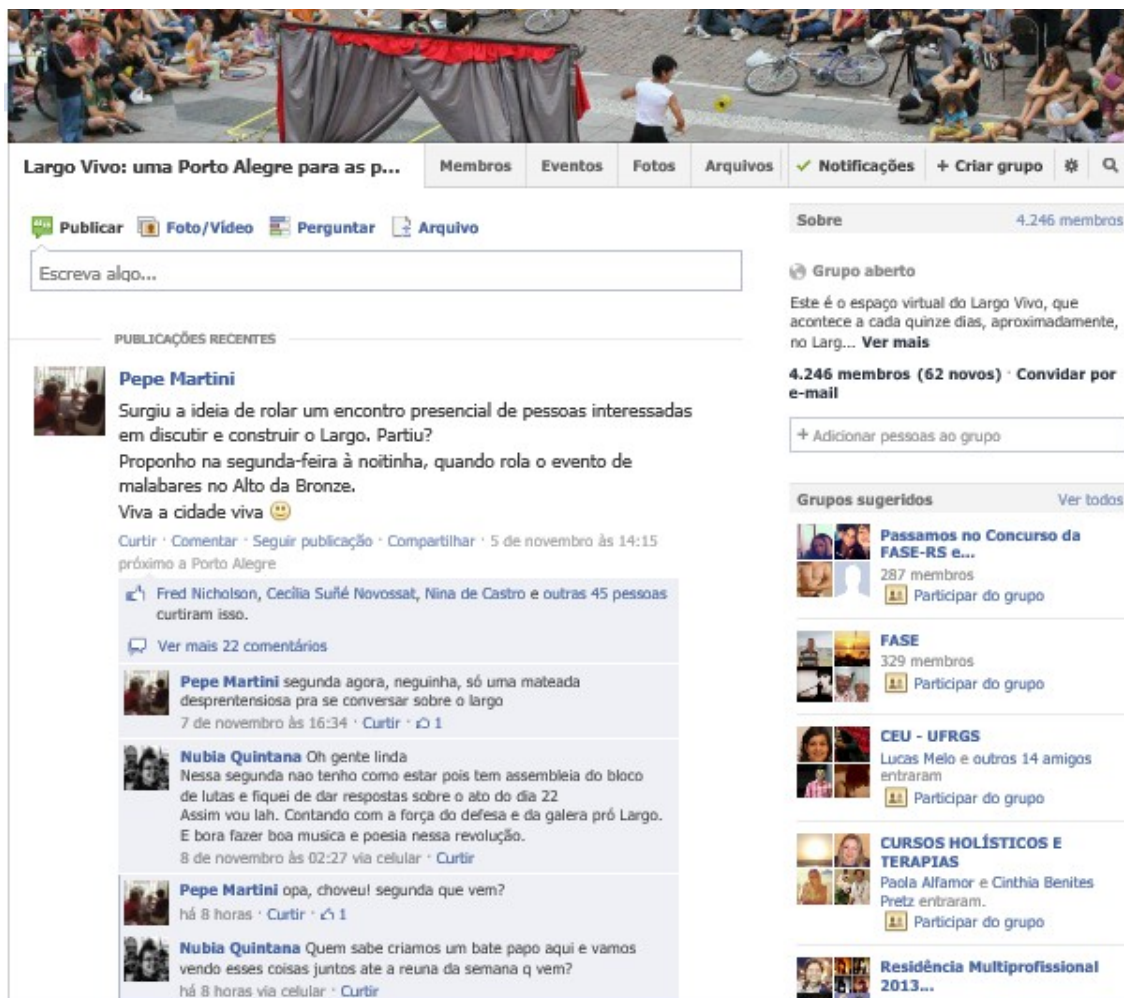


Imagem- Grupo do Largo Vivo no facebook¹⁶

Depois de construída a ação no Grupo, cria-se o Evento na rede social. A partir disto, é possível convidar os usuários da rede a participar. O Evento é um segundo espaço de construção, prévio à ocupação da rua, pois os convidados podem comentar, questionar e propor novas ideias diretamente na página do evento.

Além do Evento e do Grupo de discussão, ainda tem a página pessoal das pessoas ou dos coletivos participantes, nas quais pode ser feita a divulgação e discussão de assuntos que correspondam às reivindicações. Observa-se, assim, que as interações mediadas pelas tecnologias de informação e comunicação (em particular, a Internet) conformam um espaço próprio de militância, de denúncia e criação de articulações. Ou seja, a internet não serve mais apenas como uma ferramenta de divulgação das manifestações. Para as ações aqui analisadas, é um espaço concreto desses eventos fora das ruas; ou seja, eles não deixam de existir quando não se está atuando no

¹⁶

espaço onde é realizado.

3.3 OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO

Uma outra característica que evidencia uma novidade nos repertórios de ação dos processos analisados é o objetivo de vivenciar o que está sendo reivindicado. Em outras palavras, as manifestações realizadas não são apenas momentos de expressão pública de reivindicações e/ou críticas (o quê também são), mas especialmente momentos nos quais se busca concretizar no presente aquilo pelo que se luta. Neste sentido, corporificam uma característica destaca por Melucci nos Novos Movimentos Sociais:

Os movimentos contemporâneos são profetas do presente. Não tem força dos aparatos, mas a força da palavra. Anunciam a mudança possível, não para um futuro distante, mas para o presente da nossa vida. Obrigam o poder a tornar-se visível e lhe dão, assim, forma e rosto. Falam uma língua que parece unicamente deles, mas dizem alguma coisa que os transcende e, deste modo, falam para todos. (MELUCCI, 2001, p. 21)



Imagem- Largo Vivo out/2011¹⁷

17

Autoria desconhecida, retirada do grupo Largo Vivo: Uma Porto Alegre para as pessoas no facebook (<https://www.facebook.com/groups/largovivo/>) acesso em: 28.10.2013 às 13h57.

Enquanto uma manifestação tradicional, em geral, demanda certa ação de alguém, esses eventos se propõem a realizar o que demandam. Alberto Melucci, traz essa característica como parte de uma cultura juvenil:

Nas sociedades pós-industriais, nas quais a mudança se torna condição cotidiana de existência, o presente assume um valor inestimável. A história, portanto, a possibilidade de mudança, não é orientada para fins últimos mas por aquilo que ocorre já hoje. A cultura juvenil exige, então, da sociedade o valor do presente como única condição de mudança; exige que aquilo que vale se afirme no aqui e no agora; reivindica o direito a provisoriedade [...] (MELUCCI, 2001, p. 105)

Na medida em que se está reivindicando a ocupação do espaço público *para* as pessoas, então se ocupa esse espaço. Não se espera a concessão de alguém, ao contrário, se pratica a finalidade pela qual se mobilizam.

3.4 O LÚDICO

O Largo Vivo e a Defesa Pública da Alegria são eventos que têm como principal característica o que poderíamos chamar de um caráter lúdico-reivindicatório. A interação com o espaço urbano, a reapropriação da cidade *para* as pessoas, confrontando os processos de restrição das zonas de sociabilidade e de privatização das áreas de trocas culturais, demandam atividades que venham ao encontro com uma proposta de relação entre pessoas/espaço que manifeste as subjetividades e criatividades na ressignificação da cidade, trazendo a rua como um local de vivência e de aprendizado.

A descrição do Largo Vivo no Grupo do *Facebook*, “enchemos de vida a área que seria ocupada por carros”, e a frase de Mario Benedetti¹⁸ que dá sentido ao Defesa Pública da Alegria, “defender a alegria como um princípio”, trazem em seu discurso a arte e a descontração como estratégia de luta (resistência). Processo similar é identificado por Cefai na análise de manifestações recentes:

As manifestações são sempre métodos de expressão pública de primeiro plano. Porém, contra os desfiles sérios e a passo lento, novas táticas foram aplicadas. As manifestações tornaram-se espaços onde se canta e dança: canções em voga são adaptadas com letras militantes, as canções de Zebda são recuperadas colectivamente, grupos de percussão marcam o passo ao ritmo do samba, e a monotonia da marcha é quebrada por arranques repentinos. As manifestações

18

converteram-se também em ocasiões lúdicas de disfarces, de paródia teatral ou de transgressão carnavalesca: emblemática, a Gay Pride tornou-se um acontecimento tão incontornável como as manifestações do primeiro de Maio. Toda a manifestação que se preze deve ser colorida e atraente – a menos que, por contraste, adote a estratégia do tudo-de-branco ou do tudo-em-silêncio, como aconteceu na Bélgica, nas manifestações que ocorreram na altura do caso Dutroux. [...] A militância personalizou-se. (CEFAI, p. 141, 2004)

Todas as edições dos dois eventos contaram com shows de grupos musicais, apresentações de grupos de teatro de rua e blocos de carnaval, grupos circenses, feira de troca, exposições, venda de artesanato, comidas caseiras e qualquer outra forma de livre expressão fora da programação. Todas essas atividades trazem consigo um caráter político e explicitam de alguma forma as reivindicações que o evento se propõe, seja nas letras das músicas, no assunto das performances teatrais/circenses/carnavalescas, no que é exposto, trocado, e no sentido do consumo de produtos artesanais.



Imagem- Defesa Pública da Alegria out/2012¹⁹

A principal novidade dessas ações encontra-se, assim, nessa performance lúdica de manifestação. O lúdico, , é claro, sempre esteve presente nos protestos tradicionais. Nestes, porém, as atividades lúdicas (por exemplo, a presença de grupos de percussão, personagens teatrais ou

¹⁹

Autoria desconhecida, retirada da página do Defesa Pública da Alegria no facebook (<https://www.facebook.com/defesadaalegria> acesso no em 28.10.2013 às 13h57)

cantores em passeatas ou atos públicos) apareciam como atividades periféricas em relação às ações (sérias) entendidas como propriamente políticas (discursos, palavras de ordem). Nos eventos pesquisados, ao contrário, a inovação está no lúdico como a manifestação em si. Vivenciar essas performances é trazer outro significado ao espaço no qual se conforma o objetivo da reivindicação.

A experiência de mobilização pela vivência do espaço público propõe a reapropriação do conceito de cidadania. As ações de ocupação trazem à tona a necessidade de se repensar o comprometimento com o público, pensando não nos sistemas de atendimento, mas a partir da própria relação com a cidade e seus espaços:

O comprometimento público actua na dimensão exploratória e experiencial de cada um, bem como nos seus suportes e equipamentos. Ele implica, por essa via, uma redefinição das interações entre pessoas, uma requalificação das suas situações e uma reformulação das suas identidades. Nesta perspectiva, a cidadania não é um conjunto de direitos e deveres formuláveis na sua abstracção jurídica ou filosófica, e também não é um conjunto de atributos que seriam próprios de indivíduos claramente delimitados e separados uns dos outros. A cidadania consiste, antes de mais, em situações vividas como ocasiões de concretizar bens públicos ou de garantir serviços públicos, encontros em que a liberdade, a dignidade, a igualdade, a justiça ou a solidariedade são realmente experienciadas em acto e nas quais os protagonistas se reconhecem uns aos outros como portadores de direitos e de deveres. (CEFAI, p.152, 2004)

A política não representa, assim, um domínio apartado da vida cotidiana. As performances nos processos de mobilização estudados nessa pesquisa materializam essa afirmação na medida em que trazem práticas vivenciadas nessa esfera (a música, os jogos, as apresentações artísticas, o próprio consumo de alimentos orgânicos e de literatura alternativa) para o centro da ação política. O movimento de levar às ruas o que se vive no cotidiano vem ao encontro da proposta dessas ações, que querem demonstrar que os espaços da cidade deveriam ser vivenciados como espaços públicos de sociabilidade e não como espaços de consumo explorados pela iniciativa privada.

Todas as categorias anteriores configuram as inovações no processo de mobilização presentes nos dois eventos analisados. Porém, apesar de todas estarem relacionadas e comporem a construção dessa pesquisa (como veremos no capítulo seguinte), o problema propõe a análise das performances utilizadas nesses eventos, sendo questionado como se dão as inovações nas mesmas. Portanto, na categoria que descrevo com o nome de “lúdico”, da qual fazem parte as performances de ação utilizadas no Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria, é onde encontra-se a principal inovação que será explicada no capítulo seguinte a fim de tentar construir um conhecimento a respeito de como são geradas as inovações nos repertórios de ação coletiva, a partir das performances públicas de contestação, que é o problema proposto.

4. PROBLEMATIZANDO A INOVAÇÃO: DE ONDE VEM ESSE LÚDICO?

Este último capítulo analisa de onde vêm as performances que inovam frente as manifestações tradicionais. Ainda que as quatro categorias analisadas componham essa inovação, a partir do problema proposto, o foco encontra-se no lúdico como principal análise.

Bandas, teatro, apresentações circenses, bebidas, comidas, livros, artesanatos, muitas pessoas ocupando o espaço público. Tudo parece ser uma grande festa. Como abordado no capítulo anterior, o lúdico, nesse momento, configura em si mesmo uma performance pública de contestação.

A luta pelo espaço público se insere em um período em que a cidade fecha as portas de bares, casas noturnas e espaços de vivência. Em 2011, a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (Smic) reduziu o horário de funcionamento dos bares (em especial, no Bairro Cidade Baixa), estabeleceu um padrão de regras que os mesmos deveriam seguir e intensificou a fiscalização, dificultando a atividade de pequenos estabelecimentos. Grande parte dos espaços que fecharam ou que tiveram que alterar seu funcionamento para se adequar às normas estabelecidas era aqueles que serviam de alternativa a jovens que não se enquadram no perfil consumidor dos grandes estabelecimentos. A bebida a um preço acessível, a possibilidade de ficar na rua com seu violão ou apenas conversando com os amigos, programações diferenciadas promovidas para atrair o público jovem alternativo, tornaram-se difíceis de serem encontradas neste novo contexto, gerando um relativo esvaziamento de espaços de sociabilidade juvenil anteriormente efervescentes:

Porto Alegre começou a se fechar cada vez mais com essa política do não-me-toque, [...] sendo que a Cidade Baixa era mais segura antes do que hoje, porque hoje tá um deserto. E isso de fechar os espaços, eu sei que essa galera nova que tá aí, essa galera que se concentra no Zaffari, se concentra nos arcos, no domingo, a galerinha do rock, os caras eles vivem o não espaço, porque não tem espaço pra eles, a galera se concentra na frente de um supermercado. Ainda brigam na mídia, não porque essa galera apronta, primeiro que não reconhece a questão da idade deles, que eles vão aprontar mesmo, depois não reconhece o direito deles. Em outras cidades é pior que eles tão no shopping, aqui pelo menos eles estão na rua. E isso me chamava a atenção, do espaço público. (João)

Não se encontrar na cidade, viver o “não espaço”, o problema contemporâneo que desconstrói as relações de identificação entre indivíduo-cidade e a sociabilidade entre indivíduo-indivíduo. Os jovens perdidos nessa zona “morta” tentam, então, reinventar ambientes em que tragam de volta os sentimentos e as relações excluídos pelos processos de mercantilização e normalização dos seus espaços de sociabilidade. Encontram na ocupação lúdica do espaço público uma possibilidade de reverter essa situação e constroem, então, eventos como o Largo VIVO e o Defesa Pública da ALEGRIA. Contudo, esse processo parece não ser inteligível por grande parte da

população e ainda mais por aqueles que administram a cidade. Alberto Melucci ajuda a compreender esse fenômeno afirmando que os jovens possuem uma linguagem específica diferenciada:

A cultura juvenil explicita alguns dos temas que definem o campo dos conflitos pós-industriais. O silêncio, antes de tudo, ou a rejeição da palavra. Parece que num mundo de palavras se instala, por parte dos jovens, a impossibilidade do discurso completo, a fragmentariedade, a expressão partida, incoerente: a linguagem juvenil aproxima-se da perda parcial ou total da capacidade de compreender a palavra. Todavia, nessa palavra que não é palavra, nessa dificuldade de articular e concluir exposta à indignação ou à ironia dos paladinos do bom senso, há alguma coisa além da ausência. Há afirmação de uma palavra que não aceita mais ser separada das emoções [...] À frente, está a palavra formalizada dos sistemas governados pela racionalidade instrumental, sistema de rígida separação entre a ordem do discurso e a ordem do prazer. A racionalidade impessoal dos aparatos não dá espaço para as emoções, mas convive nos limites em que o sistema autoriza uma fruição regulada de eros e de delírio. Os espaços e os tempos da experiência emocional, afetiva e corpórea são circunscritos, distinta e rigidamente separados daqueles da palavra “racional” (MELUCCI, 2001, p. 103)

Os sistemas governados pela racionalidade instrumental não compreendem a linguagem das emoções. A linguagem juvenil se utiliza de espaços alternativos para sua expressão. A cidade como se configura hoje não oferece esses lugares, deixando o prazer à margem da ordem. Os jovens, então, reivindicam espaços nos quais possam vivenciar na totalidade sua linguagem.



Imagem: Largo Vivo dez/2011²⁰ (grupo de percussão Maracatu Turvão)

As performances realizadas no Largo Vivo e no Defesa Pública da Alegria fazem parte da expressão dessa linguagem das emoções. O lúdico é a forma encontrada para dizer que mesmo que os atores da ordem fechem os espaços do prazer, a experiência emocional, afetiva e corpórea continuará sendo reafirmada nos espaços que são públicos, que são *para* as pessoas e não *das* pessoas. A luta pelo espaço público, então, através de performances lúdicas, é proveniente de certa forma da afirmação dessa linguagem específica:

Estão fechando tudo aqui, estão elitizando tudo aqui. Porto Alegre não tem mais lugar para nós. Mas a rua eles não podem fechar, a rua é de todo mundo, aliás, não é de ninguém. E mesmo assim, até isso eles querem, daqui a pouco a Redenção vai estar gradeada, os largos vão ser tudo estacionamento, mas nós vamos garantir que isso não aconteça, porque esses espaços são públicos, são para as pessoas. E sabe como que a gente vai fazer isso? Fazendo festa, se divertindo, porque é isso que eles não querem. Não importa, eles podem criar muitas leis, fechar todos os estabelecimentos que o público jovem frequenta, que a gente vai garantir o nosso espaço na

20

Autoria desconhecida, retirada do grupo Largo Vivo: Uma Porto Alegre para as pessoas no facebook (<https://www.facebook.com/groups/largovivo/>) acesso em: 28.10.2013 às 11h500

rua e continuar se divertindo. Defender uma cidade viva, colorida, defender a alegria. (Mariana)

A política institucional é concebida como o lugar da palavra e da ação racional. O fazer político acaba, desta forma, por ser a materialização dessa racionalidade. Assim, aquilo que não se encontra dentro dessa ordem não é considerado político. Uma expressão que apareceu de forma recorrente nas entrevistas para designar as manifestações tradicionais foi “política dura”: entendida como as formas “ortodoxas” de pensar a política, presas a determinados tipos de manifestação e participação.

A “política dura”, no discurso presente nas entrevistas, foi sempre ligada à política partidária. A promoção da legenda e defesa de seus interesses à frente do interesse coletivo, a falta de unificação das lutas e os roteiros cristalizados do fazer político, foram temas levantados para definir essa cultura política:

Essa política dura não cabe aqui pra nós. Tudo bem, teve e tem toda uma importância histórica, mas acontece que tem determinadas lutas que não dá. Como que a gente vai fazer um Largo ou um Defesa através de partidos, foge de todo o princípio. E não é porque eu não gosto dos partidos ou o cara ali também não gosta, é que vai contra tudo que a gente quer trazer. Olha, o Defesa e o Largo defendem espaços para as pessoas, fora da institucionalidade, defendem a alegria, a diversão, fazem festa pra dizer um basta a essa política restritiva e quadrada que consome um princípio básico da vida que é a promoção da felicidade. A política dos partidos é quadrada, fechadinha, não tem espaço pra isso. Eles chamam uma manifestação, daí a gente já sabe, vamos marchar com bandeiras até a Prefeitura e gritar lá. Ou vamos fazer uma greve e ficar na Praça da Matriz pedindo pra falar com o governador. Tudo bem, às vezes isso é importante, mas não pra o que a gente tá se propondo. (Mariana)

Cabe salientar que parte da juventude presente nos eventos aqui analisados participa de algum partido político. Porém, não se apresentam nos eventos como representantes partidários: “O pessoal dos partidos são bem-vindos, afinal, eles também sofrem com esses problemas da cidade. Só não cabe levantar uma bandeira e tal, e eles sabem disso, estão ali por eles e não pelo partido” (Mariana).

Essa falta de identificação com o fazer político tradicional se relaciona com uma das hipóteses construídas para essa pesquisa: a centralidade da avaliação de (in)eficácia dos repertórios para explicar os processos de mudança dos mesmos. Nos processos analisados, a partir das informações apresentadas acima, pode-se identificar uma interpretação que salienta o desgaste ou o limite das formas tradicionais de manifestação em termos da produção dos resultados buscados

pelos atores envolvidos no Largo Vivo e no Defesa Pública da Alegria.

Como dizem os entrevistados, essas formas de ação quadradas, fechadas, com roteiros preestabelecidos, não dão conta de todas as lutas e demandas. Abre-se espaço, então, para a criação/difusão de novas formas de ação.

O que é questionado nos eventos pesquisados, entre outras coisas, é a própria noção de resultado e de eficácia da ação coletiva. Ao contrário das formas tradicionais de manifestação, nas quais o resultado demandado em geral depende de uma resposta de outro(s) ator(es) e se refere a uma mudança futura, o que está em jogo nos casos analisados é a vivência imediata daquilo que se reivindica. Ou seja, nestes casos os atores não estão apenas demandando algo de alguém, mas executando aquilo que se demanda (sociabilidade, alegria, criatividade etc.). Desta forma, a própria ação é, em si mesma, o resultado esperado. O eficaz é o momentâneo, o que está acontecendo nos próprios eventos. Visto sob este prisma, as manifestações tradicionais não são eficazes e, desta forma, demandam-se novas formas de ação.

No entanto, a avaliação da ineficácia (ou melhor, da inadequação) dos repertórios tradicionais permite compreender a emergência de uma intencionalidade ou disponibilidade para a busca de outras formas de ação, mas pouco responde ao questionamento de como estas outras formas são produzidas. Desta forma, abre-se espaço para outra hipótese que orientou a pesquisa realizada: a centralidade dos processos de difusão/adaptação de repertórios entre diferentes contextos.

Durante as entrevistas, observações e análise do material publicado na internet não foram encontradas referências explícitas à reprodução de ações realizadas em outros contextos.. O que ocorre, segundo os entrevistados, é que, às vezes, algum participante do Largo Vivo ou do Defesa Pública da Alegria participa de algum são evento semelhante em outros locais e pega o contato de algum organizador, se lhe convir, para dar alguma ajuda em alguma experiência que já foi realizada muitas vezes naquele local e aqui ainda está começando. Porém, segundo os entrevistados, as performances propriamente não seriam resultantes de um processo de difusão, não tendo sido vivenciadas em outros lugares e sendo, assim, uma construção local. Algumas vezes, pelo relato dos entrevistados, foram os eventos aqui analisados que inspiraram experiências em outros estados:

Que eu lembre agora de nome assim.... a gente fica sabendo de uma coisa ou outra mas... [...]A gente viu aqui, que aconteceu ano passado, pouco tempo depois do Defesa, em São Paulo, o SP Amor, algo assim, que rolou monte banda e tal, também tem o Baixo Centro lá, Ocupa Baixo Centro, não sei muito bem o nome. Isso ai tem voltado pra gente, que influencia também a gente pensar... a gente tava pensando no Largo em fazer um projeto no CATARSE pra poder comprar equipamento e não ficar nessa de ter que ficar alugando equipamento o tempo todo.

E essa galera de São Paulo tava dando as dicas de como fazer e tal, aí a gente tava se reunindo em algumas pessoas pra pensar isso, esse projeto, mas acabou que ficou meio parado. Mas essa ideia de espaço público também é muito forte lá, mas é que São Paulo é muito grande, tem várias cidades dentro de uma cidade, então talvez não chame muita atenção quanto o Largo em Porto Alegre, porque Porto Alegre é uma cidade de interior comparado a São Paulo, e as pessoas ficam sabendo o que tá rolando. Mesmo assim é o nosso universo pequenininho, tem gente que não tá ligada em nada que tá acontecendo, é o nosso universo ali, querendo ou não é a nossa microcidade. Em São Paulo também, São Paulo acontece uma coisa grandiosa, um movimento que tá acontecendo no centro e as pessoas não sabem, quem sabe é quem tá ali, vivendo e tal. (João)

Porém, mesmo que não estando presente na fala dos participantes, é perceptível a semelhança entre a configuração das mobilizações pesquisadas e diversos outros processos de mobilização contestatória que vem ocorrendo em anos recentes, no Brasil e no mundo. Dois claros exemplos neste sentido são, em primeiro lugar, a própria ação narrada pelos entrevistados como fundadora do Largo Vivo (a “Farofada dos Desqualificados”, ocorrida em 26 de setembro de 2011), a qual apresenta uma profunda semelhança com o evento denominado “Churrasco de gente diferenciada”, ocorrido em 14 de maio de 2011, em São Paulo²¹. Em segundo lugar, a ocupação coletiva dos espaços públicos, que é uma das marcas centrais dos processos analisados, tem caracterizado mobilizações importantes em anos recentes (como *Los Indignados*, da Espanha, e o *Occupy*, nos EUA). Assim, sem negar o caráter autóctone do processo de inovação pesquisado, parece pertinente argumentar que o mesmo é alimentado por experiências de ação coletiva que ocorrem em outros contextos e fornecem exemplos a partir dos quais são formuladas e executadas as ações locais.

Na medida em que se recusa uma visão das inovações identificadas como mera adaptação local de inovações difundidas por outros contextos/atores, coloca-se a necessidade de analisar a terceira hipótese apresentada, que destaca a centralidade dos contextos de interação. Como dito no capítulo anterior, de acordo com esta hipótese as inovações são geradas através das interações entre os atores envolvidos, objetos de reivindicação e contexto na qual se efetua o evento. Compreendendo o processo de inovações nas performances públicas dos eventos Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria como provenientes de uma linguagem específica e de um estilo próprio de comunicação, estamos falando, também, de um processo de interação.

Para o melhor entendimento deste aspecto podemos trabalhar com o conceito de estilos de comunicação de Ann Mische (2008), complementando a análise já elaborada a partir de Melucci. Segundo a autora, os indivíduos fazem parte de diferentes grupos e atuam em diferentes instituições.

21

Um churrasco de protesto contra um grupo de moradores que se opõe a construção de metro na avenida Angelica no bairro Higienópolis.

Por instituições, a autora entende “grupos de relações e práticas que se auto reproduzem sustentadas por lógicas particulares de interação que se distinguem dos ambientes ao seu redor e lhes dão sustentabilidade todo o tempo”. (MISCHE, 2008, p. 29). Segundo Mische, as instituições desenvolvem narrativas que conferem sentido ao passado e tentam dar forma e sentido ao seu futuro, atribuem valores às práticas e relações e disciplinam as ações de indivíduos dentro delas. Desta forma, as instituições produzem estilos de comunicação específicos, que por sua vez contribuem para a sustentabilidade dessas instituições (2008, p. 30).

Cada ambiente institucional particular possui, então, uma lógica de funcionamento própria que produz discurso e práticas específicos, que são apreendidos através do conceito de estilos de comunicação. A partir de sua inserção e vivência institucional, o indivíduo incorpora, em maior ou menor grau, a lógica da instituição na qual atua. No entanto como cada indivíduo participa de muitas instituições durante a sua vida, sua ação acaba sendo produto de uma negociação entre as múltiplas formas de identidade e envolvimento institucional.

O termo “estilo de comunicação” refere-se ao conjunto habitual das formas de discurso e interação que é considerado apropriado como forma de mediação da complexidade do meio institucional particular:

As diferenças na lógica institucional informam as práticas discursivas -que eu chamo de estilos de comunicação- que estão na base da formação de projetos, relações e repertórios de ação. Ambos os projetos de elaboração e da mediação de relações são influenciadas pela forma como as pessoas falam uns com os outros. Alguns tipos de fala facilita o pensamento intencional através de problemas e possibilidades, ajudando as pessoas a resolver dilemas organizacionais e construir novas entendimentos de seus passados e futuros. Outros tipos de fala fecham essa discussão, ou envolvê-la em modelos ideológicos ou convencionais existentes. Da mesma forma, alguns tipos de discurso são mais capazes de atingir toda experiências e interesses divergentes, enquanto outros são mais defensivos e competitivos, construindo barreiras ao em vez de pontes. (MISCHE, 2008, p. 40)

No seu estudo, a autora identifica que militantes provenientes de partidos políticos possuem um estilo específico de comunicação que é diferente daquele trazido por militantes que possuem outras trajetórias institucionais:

estilos de comunicação são informados pelas lógicas institucionais que predominam em um determinado ambiente organizacional. Por exemplo, os líderes que começaram o seu envolvimento na pastoral da juventude católica eram reconhecidos por sua maior ênfase na tomada de decisão consensual e integração do grupo, até mesmo, aqueles que tinham vindo de um movimento estudantil ou da liderança do partido. Em contraste, aqueles que começaram diretamente nos partidos políticos, muitas vezes parecem ter um sentido mais cruel e manipulador de disputa entre as facções, assim como a forte concorrência interpessoal. Este, por

sua vez diferia dos jovens em organizações empresariais, que desdenhavam a competição partidária, mas foram muitas vezes bastante interessados na auto-promoção individual, dentro e fora de suas empresas estudantis (MISCHE, 2008, p.40)

Articulando os argumentos de Mische como o objeto da presente pesquisa, pode-se sustentar que os estilos de comunicação produzidos em cada instituição conformam formas diferentes de ação de acordo com suas características. No Largo e no Defesa Pública, então, os participantes trazem estilos ou maneiras peculiares para desenvolver a ação contestatória, em função de suas trajetórias institucionais específicas. Como antes referido, sendo as manifestações espaços de expressão da linguagem pertencente à ordem do prazer, o caráter lúdico assume essa função e os participantes do evento trazem de suas vivências institucionais prévias estilos de comunicação e interação que dão forma a esse caráter lúdico. Assim, temos características específicas daqueles que participam do circo, dos grupos de teatro, dos coletivos autônomos, de grupos musicais e, até mesmo, alguma influência de partidos políticos e organizações formais, compondo a pluralidade de performances que se inserem nessa categoria lúdica, dando vida à cidade e defendendo a alegria como um princípio, como dizem os entrevistados.

Algumas características da trajetória dos participantes mais ativos na organização é um fator central na construção dos eventos. João vem de Aracaju e trouxe consigo para a construção desses eventos as experiências de sua cidade natal. Para ele, o espaço público é o lugar onde as pessoas vivenciam o lúdico em contraponto à correria da rotina na cidade:

o que me chamava atenção era essa questão do espaço público, porque eu comparava muito com Aracaju, minha cidade. Primeiro as manifestações, as festas, as principais festas são as públicas, são as maiores, são as melhores, as mais democráticas, que nem o carnaval, todo mundo junto, misturado, e aqui eu não via muito isso. Muito tempo a gente falava, antes do Largo, não gente, tem que ocupar a Redenção, não tem sentido pra tomar uma cerveja ter que ir no bar, se você pode pegar o isopor, e é a mesma cerveja, e ficar ali no parque, é mais democrático, é mais inteligente. Isso era uma coisa que me chamava atenção sabe, isso do... Inclusive um movimento musical, eu tava falando com o [XXX], quando eu vim morar aqui tinha a velha fabrica lá na Voluntários, um movimento rock, praticamente de adolescentes. Tá muito vinculado a essa ideia de espaços mais ou menos abandonados da cidade que a galera vai e ocupa. Toda cidade tem muito isso, São Paulo, Rio, Aracaju tinha isso. E ai Porto Alegre começou a se fechar cada vez mais com essa política do não-me-toque (João)

Mariana, da cidade de Porto Alegre, traz sua experiência no teatro de rua para a organização desses eventos. Para ela, o espaço público é um lugar que não pertence a ninguém, mas, ao mesmo tempo, pertence a todos:

A praça é de todos, o parque é de todos, porém, não tem dono, então, não é de ninguém. O espaço público é o lugar de expressão pública do subjetivo da cidade. É o lugar da troca, da alegria, da arte. A gente não tem que ir pagar 50 reais pra ir ver uma peça no Teatro São Pedro, só se quiser, a gente tem que ter a opção de ver de graça, em um espaço que não é de ninguém, mas é de todos, em um espaço público. Eu não tenho que pagar 200 reais para usar um lugar para fazer minhas performances circenses, tenho que ter a possibilidade de usar o espaço que é público. Mas mais ainda, eu não tenho que ser obrigada a pagar 10 reais em uma cerveja, ficar sentadinha em uma mesa, e falando baixinho, e normalmente sem música, é tenho que ter a possibilidade de levar meu isopor pra praça, poder ouvir uma banda lá tocar, ficar descontraída, conversar com meus amigos, expor meu trabalho, sem ter que pagar. Eu quero poder ser alegre e transmitir, trocar essa alegria com os outros, livremente, e é isso que a arte de rua faz, que a gente faz, isso deve ser vivenciado nas ruas da cidade. O Largo, quando estamos lá, é pura alegria. (Mariana)

Tanto João quanto Mariana vêm no espaço público um potencial para a expressão do que Melucci chama de ordem do prazer. João, em função da vivência anterior em Aracaju, chama atenção da falta de espaços de sociabilidade na cidade de Porto Alegre e propõe então as ações que devem ser desempenhadas para que esses espaços existam. Mariana, através da sua vivência no teatro de rua, traz consigo uma interpretação específica da função que esse espaço deve desempenhar e da ação que nele deve ser desempenhada.

Por que uma manifestação em forma de festa e não igual às outras que acontecem tradicionalmente? Porque é isso mesmo que a gente quer, a gente quer é festa, como eu disse antes, defender a nossa alegria, e não é pra depois, é no agora, a gente tá ali fazendo o que a gente gosta, todo mundo quer ser feliz, é isso que eu faço com o meu teatro, é isso que eu quero pra vida, alegria, e não querem que a gente tenha isso sem pagar, o Largo Vivo e também o Defesa, são a expressão da felicidade, a expressão dessa euforia que querem fechar a quatro paredes, não, qualquer um tem que ter direito de sentir esses sentimentos de prazer, e é pra isso que queremos o Largo, as praças, os parques, lugares de refugio, lugares públicos de felicidade coletiva. Eu levo minhas performances de colaboração, e tu, o que vai levar no próximo Largo? Uma comidinha caseira? Um violão? Uma cerveja pra compartilhar? Só o teu corpo e a tua interação com os demais também já é suficiente, o importante é que a gente esteja ali compartilhando a alegria na ocupação do espaço que deve ser para todas as pessoas e não para os carros ou pra quem pode pagar. Tendo isso na cabeça, eu dou minhas ideias no *face*, às vezes combino de encontrar alguns amigos pra bolarmos alguma coisa, outros dão suas ideias na Internet também, dividimos as funções operacionais, escolhemos um dia, e pronto, todo mundo já sabe mais ou menos como é, é só chegar e se divertir (Mariana).



Imagem: Largo Vivo dez/2011²²

Cada um traz um pouco do que vivenciou e vivencia em sua trajetória para construir o Largo Vivo e o Defesa Pública da Alegria. Mas esses eventos não são a soma de experiências individuais. Resultam da integração e interação das diferentes experiências de cada participante e do problema comum que os trazem a essa construção: a defesa da livre expressão de uma linguagem silenciada pela ordem racional imperativa nas grandes cidades.

As performances públicas de contestação do Largo Vivo e Defesa Pública da Alegria são, então, um processo de expressão de uma linguagem específica que se contrapõe ao processo de mercantilização e normalização presente na cidade de Porto Alegre. Essa linguagem se objetiva a partir dos estilos de comunicação advindos das trajetórias pessoais dos participantes, que conformam as performances utilizadas nesse repertório de ocupação do espaço público.

22

Autoria desconhecida, retirada do grupo Largo Vivo: Uma Porto Alegre para as pessoas no facebook (<https://www.facebook.com/groups/largovivo/>) acesso em: 29.11.2013 às 10h15.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem macroestrutural sobre as inovações nos repertórios de contestação que caracteriza as formulações de diversos autores da teoria da *contentious politics* não dá conta de processos específicos como os eventos aqui analisados. Apesar do conceito de repertório trazer o elemento cultural na análise dos processos de mobilização social, quando se fala sobre as inovações, essas ainda tendem a ser tratadas como se fossem dependentes diretamente da Estrutura de Oportunidades Políticas (EOP).

A partir das observações, entrevistas e pesquisa documental foi possível identificar essas inovações como pertencentes a processos complexos, que envolvem a interação de diversos elementos e não apenas como algo determinado mecanicamente por algum fenômeno exterior. Apesar do contexto político-social da cidade de Porto Alegre ter importante influência na conformação do processo analisado, as inovações especificamente aparecem não por uma imposição ou determinação exterior, mas como uma construção interativa dos atores envolvidos.

O que caracteriza o novo nos eventos Defesa Pública da Alegria e Largo Vivo são quatro categorias: o público, a forma de utilização da internet, os objetivos (objeto) e as performances utilizadas. O público composto de jovens, em sua maioria oriundos classe média universitária, sem identificação com organizações formais (partidos, sindicatos) e organizados de forma horizontal; a internet como espaço de mobilização permanente; o objetivo de vivenciar diretamente aquilo que se reivindica; e o lúdico conformando as performances praticadas.

Identificada a novidade dos repertórios de ação nos processos pesquisados, o problema proposto nessa pesquisa buscou responder à seguinte questão: como são geradas as inovações nos repertórios de ação coletiva? Para responder a esta questão, a pesquisa priorizou o lúdico nos eventos estudados. A partir da literatura, foram definidas três hipóteses para a explicação dos processos de inovação dos repertórios de contestação: centralidade dos contextos de interação; centralidade dos processos de difusão/adaptação; e centralidade da avaliação de (in)eficácia dos repertórios.

As hipóteses não foram confirmadas isoladamente, mas mostraram contribuições específicas para o entendimento da produção das inovações observadas nos eventos Defesa Pública da Alegria e Largo Vivo. A ineficácia de repertórios tradicionais aparece não com o foco nos resultados, mas no processo: na medida em que a manifestação tradicional tende se constituir como uma demanda feita a alguém para obter um resultado que se encontra no futuro (mesmo que próximo), ela não é eficaz para uma ação que está centrada na própria vivência daquilo que se demanda, sendo a ação um fim em si mesma. Os processos de difusão/adaptação, por sua vez, não apareceram explicitamente no

discurso dos participantes. No entanto, foi possível perceber uma influência, mesmo que indireta, de outros eventos semelhantes que ocorreram em outras cidades do Brasil e do mundo. Por fim, os contextos de interação mostraram ter centralidade na compreensão dos processos de inovação dos repertórios de contestação, sendo os processos pesquisados conformados pelo encontro de indivíduos que trazem estilos de comunicação críticos das formas tradicionais da política contestatória e, ao mesmo tempo, colocam o prazer como dimensão central de sua ação política.

As inovações aqui aparecem construídas a partir de um tripé, na ocupação do espaço público através do lúdico como um processo de interação com a linguagem e os estilos de comunicação presentes na vida (trajetória) dos participantes e com o processo de privatização da cidade. Como dito anteriormente, as performances públicas de contestação dos eventos aqui estudados são, então, um processo de expressão de uma linguagem específica da juventude que tem como centro a emoção, presente na ordem do prazer, a qual confrontaria a tentativa de silenciamento que marca o contexto atual da cidade de Porto Alegre e que se expressaria no fechamento, cercamento, privatização dos espaços públicos e de sociabilidade. Essa linguagem se objetiva a partir dos estilos comunicação advindos das trajetórias pessoais, que conformam as performances utilizadas nesse repertório de ocupação do espaço público.

REFERÊNCIAS

ALONSO, Angela. **Repertório segundo Charles Tilly: História de um conceito.** In: *sociologia&antropologia* | v.02.03: 21 – 41, 2012

MCADAM, Doug; TARROW, Sidney; TILLY, Charles. **Para mapear o confronto político.** In: *Lua Nova*, São Paulo, 76: 11-48, 2009

MELUCCI, Alberto. **A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas.** Vozes: 2001

MISCHE, Ann. Leadership in the intersections. In: **Partisan Publics: Communication and Contention across Brazilian Youth Activist Networks.** Princeton, N.J: Princeton University Press, 2008.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento: Movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

TILLY, Charles. **Contentious performances.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

_____. **From mobilization to revolution.** Addison-Wesley Pub. Co., 1978

_____. **Regimes and repertoires.** Chicago: University of Chicago Press, 2006.